



Memórias do golpe de 1964 no telejornalismo de Juiz de Fora: análise das coberturas de 2004, 2014 e 2024

Marco Aurelio REIS¹
Cláudia Albuquerque THOMÉ²
Luciana Soares MORAIS³

Resumo:

O presente artigo apresenta a análise das coberturas jornalísticas sobre o golpe civil-militar de 1964 nos telejornais de Juiz de Fora, em 2004, 2014 e 2024. Explora-se como a construção da memória coletiva do evento histórico pelas telas do telejornal local foi feita ao longo do tempo, destacando semelhanças e diferenças nas narrativas apresentadas em função do contexto histórico e das ressignificações epocais. Ao examinar as nuances das reportagens, o artigo busca compreender como a percepção do golpe evoluiu ao longo das décadas, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais da sociedade juiz-forana. A relevância do estudo se ancora no fato de a cidade de Juiz de Fora ser aquela de onde partiram os canhões que efetivaram a tomada de poder pelos golpistas na virada dos dias 31 de março e 1º de abril, há 60 anos. Este trabalho lança mão da metodologia sete dimensões para avaliar a credibilidade e a qualidade de matérias e reportagens em áudio e vídeo (Becker; Waltz, 2023) e identifica relevantes mudanças no enquadramento noticioso em direção a um telejornalismo de qualidade.

Palavras-chave: telejornalismo; TV Integração; memória; golpe de 1964; ditadura militar.

Memories of the 1964 coup in Juiz de Fora's Broadcast Journalism: analysis of the coverage from 2004, 2014 and 2024

Abstract:

This article presents an analysis of the journalistic coverage of the 1964 civil-military coup in the news programs of Juiz de Fora, in the years 2004, 2014 and 2024. It explores how the construction of the collective memory of the historical event through the screens of the local news program evolved over time, highlighting similarities and differences in the narratives presented in response to the historical context and epochal resignifications. By examining the nuances of the reports, the article seeks to understand how the perception of the coup has evolved over the decades, reflecting the social, political, and cultural changes of Juiz de Fora society. The relevance of the study is anchored in the fact that Juiz de Fora is the city from where the cannons that solidified the seizure of power by the coup leaders departed on the turn of March 31st and April 1st 60 years ago. This work employs the seven dimensions methodology to evaluate the credibility and quality of audio and video materials and reports (Becker; Waltz, 2023) and identifies significant changes in the news framing towards quality journalism.

Keywords: broadcast journalism; TV Integração; memory; 1964 coup; military dictatorship.

¹ Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e na Secretaria Estadual de Educação (MG). Jornalista, doutor em Letras e líder do grupo de pesquisa Namidia. *E-mail:* marco.reis@ufjf.br

² Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na Faculdade de Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Jornalista, doutora em Letras, com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), líder do grupo de pesquisa Namidia. *E-mail:* claudia.thome@ufjf.br

³ Doutoranda da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e integrante do grupo de pesquisa Namidia. *E-mail:* luciana.morais@estudante.ufjf.br





Memórias del golpe de 1964 en el periodismo televisivo de Juiz de Fora: análisis de la cobertura de 2004, 2014 y 2024

Resumen:

Este artículo presenta un análisis de la cobertura periodística sobre el golpe civil-militar de 1964 en los noticieros televisivos de Juiz de Fora, en los años 2004, 2014 y 2024. Se explora cómo la construcción de la memoria colectiva del evento histórico a través de las pantallas del noticiero local ha evolucionado con el tiempo, resaltando similitudes y diferencias en las narrativas presentadas según el contexto histórico y las reinterpretaciones de época. Al examinar las sutilezas de las noticias, el artículo busca comprender cómo la percepción del golpe ha evolucionado a lo largo de las décadas, reflejando los cambios sociales, políticos y culturales de la sociedad juiz-forana. La relevancia del estudio se basa en el hecho de que Juiz de Fora fue el lugar de donde partieron los cañones que llevaron a cabo la toma de poder por parte de los golpistas en los días 31 de marzo y 1 de abril hace 60 años. Este trabajo utiliza la metodología de las siete dimensiones para evaluar la credibilidad y calidad de las noticias en audio y video (Becker; Waltz, 2023) e identifica cambios relevantes en el enfoque informativo hacia un periodismo televisivo de calidad.

Palabras clave: teleperiodismo; TV Integração; memória. golpe de 1964. dictadura militar.

Introdução

Nos 60 anos do golpe militar no Brasil, o presente estudo busca analisar como vem sendo rememorado aquele momento histórico nas três últimas décadas no telejornalismo local de Juiz de Fora (Minas Gerais), nas edições do mês de abril de 2004, de 2014 e de 2024. Para atingir esse objetivo, são examinadas reportagens veiculadas em telejornais locais, especialmente aquelas que falam sobre acontecimentos históricos importantes que cercaram o golpe civil-militar de 1964. O objetivo é compreender como essas reportagens contribuem para a formação da memória coletiva da comunidade juiz-forana, mostrar o momento histórico em que foram distribuídas e como destacam como registros históricos.

Maurice Halbwachs (2006), no livro *A memória coletiva*, defende que a memória individual é influenciada pelas memórias coletivas, criadas e transmitidas por determinados grupos da sociedade, sejam eles de direita, de esquerda ou de centro político. Ele enfatiza o papel da mídia, sobretudo a *mainstream*, na formação e atualização da memória coletiva, afirmando que a mídia é uma das mais relevantes formas de manter e ressignificar a memória coletiva (Halbwachs, 2006). Para Marialva Barbosa (2004, p. 9), os veículos de informação são um “duplo lugar de memória”, de forma mais evidente na televisão, “não apenas nas notícias do cotidiano, mas nas comemorações e nas cerimônias midiáticas” (Barbosa, 2004, p. 10). As





narrativas que (re)constroem fatos do passado nos telejornais passam, portanto, por filtros editoriais e por tensionamentos políticos, sociais, culturais, próprios do tempo presente, articulando-se com os contextos em que são produzidas.

Halbwachs (2006) conceitua a rememoração como um processo relacionado ao contexto social e cultural. Segundo o autor, não é só o próprio indivíduo que se lembra, mas o grupo com o qual está inserido; não é apenas ele que evoca a lembrança, mas todos aqueles que, como ele, participaram da mesma experiência ou mantêm uma tradição comum. Ou seja, as lembranças individuais são influenciadas e compartilhadas dentro do contexto de grupos sociais e culturais. Jan Assmann (2012), em “Memória cultural e primeiras civilizações: escrita, memória e ideologia política”, reforça tal pensamento ao acionar a ideia de memória cultural e o processo pelo qual as memórias são construídas e transmitidas ao longo do tempo. O autor, falecido em 2024, argumenta que a memória cultural é relevante para a identidade coletiva e destaca o papel dos meios de comunicação na transmissão dessa memória.

No artigo “Memória, cultura e poder em uma sociedade esquecida: o exemplo do Centro de Memória da Unicamp”, Olga Rodrigues de Moraes Von Simson (2004) reflete sobre a relação entre memória e cultura em uma sociedade marcada pelo esquecimento. Embora o foco principal do texto seja o Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas, a autora oferece uma perspectiva ampla sobre como os centros de memória podem influenciar as narrativas históricas e a construção da identidade coletiva.

Nesse contexto, Simson (2004) discute a importância da preservação e do acesso à memória como forma de combater o esquecimento. Ela enfatiza o papel das instituições de memória, como o que foi acessado no presente estudo (o Cedoc da TV Integração), na coleta, preservação e divulgação de histórias negligenciadas ou esquecidas. Assim, o seu trabalho ressalta a importância de reconhecer e valorizar as múltiplas vozes e ideias presentes na construção da memória coletiva. Ao proporcionar acesso a diversas histórias e experiências, os centros de memória podem contribuir para uma compreensão abrangente e inclusiva do passado, promovendo o diálogo cultural e a justiça histórica.

Em um contexto semelhante ao discutido por Simson, as contribuições de Marialva Barbosa (2019) e Berenice Machado (2007) também são importantes no presente trabalho. Barbosa (2019) enfatiza a importância da linguagem e dos processos de negociação na



construção e transmissão da memória coletiva. Sua abordagem observa como as narrativas individuais e coletivas são moldadas por processos culturais de interpretação e significado. Isso pode ser observado revisando as fontes ouvidas nos relatos listados neste estudo.

Machado (2007), por sua vez, contribui para a discussão com seus estudos sobre memória e poder em contextos políticos específicos. A autora explora a complexa relação entre memória, poder e esquecimento, analisando os debates presenciais após a ditadura civil-militar. Os seus conhecimentos proporcionam uma compreensão mais profunda da dinâmica envolvida na criação e preservação da memória coletiva, bem como da relação entre memória, cultura e poder na sociedade contemporânea. É muito importante tal pensamento quando se reflete sobre o papel da justiça de transição no apagamento dos abusos cometidos no período de ditadura e na concessão de anistia legal aos seus agentes, com alguns até mesmo sendo ouvidos pelos meios de comunicação.

Espera-se que este estudo contribua para uma compreensão mais profunda do papel da mídia na formação de memórias coletivas e no fortalecimento das identidades nacionais, bem como para o debate sobre a importância da análise de reportagens sobre esse período histórico. Afinal, busca-se observar critérios de seleção de fontes e enquadramentos na produção de sentido em narrativas memorialísticas sobre um período de censura e suspensão de direitos, que, na história recente, teve sua existência contestada. Como afirmam Barbosa e Rêgo (2023, p. 87), “o esquecimento pode ser fatal para um país que, vez por outra, faz da política do esquecimento uma tática para produzir uma história reinventada a partir de interesses particulares”.

A análise das reportagens veiculadas nos telejornais de Juiz de Fora será, portanto, realizada com base nesses referenciais teóricos. Investiga-se como foram construídas as narrativas sobre o golpe civil-militar de 1964 no Brasil, quais elementos são enfatizados ou omitidos em cada década, considerando que o jornalismo tem papel pedagógico (Da Silva; Pereira Júnior, 2019) enunciador na formação da memória coletiva, um ambiente de disputas e negociações de narrativas.

A memória do passado na construção do jornalismo audiovisual contemporâneo

Em uma de suas obras dedicadas ao estudo de arquivos, Arlette Farge (2009) materializa a experiência sobre os registros históricos. A autora ressalta que o arquivo possui um potencial desconcertante, uma vez que, ao nos envolver com uma determinada realidade, simultaneamente nos confronta com diversas incertezas. A concepção do ato de arquivar, segundo os princípios de Jacques Derrida (2002), vem de *arkhê* e significa *começo* e *comando*. Nesse entendimento, é possível afirmar que, para além de um lugar que compila informações, torna-se um espaço onde são criadas novas narrativas.

Ao resgatar reportagens arquivadas em acervos de emissora de TV e centro público de memória que trouxeram memórias do golpe militar nos períodos em que o regime ditatorial completou 40, 50 e 60 anos, a presente pesquisa traz, do passado, construções narrativas feitas em outro contexto, deparando-se agora com novas circunstâncias sociais, políticas e econômicas que contemporaneamente se encontra o país.

A ditadura civil-militar no Brasil é um período de disputas e construções memoriais que se lançam na historiografia com narrativas que trazem versões distintas sobre o tempo e o contexto narrados. As tensionalidades alcançam os campos midiático, político, histórico, cultural e social e a mídia teve e tem papel de grande importância no jogo das versões de verdade que desejam alcançar a historiografia, sobretudo, quando se viu sob o bastão da censura de um Estado ditatorial (Barbosa; Rêgo, 2023, p. 73).

Nesse estudo, as autoras analisam o papel da imprensa e da censura durante a ditadura militar no Brasil. Destacam como a censura foi usada para reprimir a liberdade de expressão, silenciando vozes dissidentes e promovendo narrativa favorável ao regime. Exploram também os desafios enfrentados pelos jornalistas que buscavam resistir à censura e manter a integridade jornalística. O estudo, como citado acima, ressalta a importância de compreender o legado desse período para a democracia e a liberdade de imprensa no Brasil contemporâneo com o entendimento da relação das narrativas sobre o período com o contexto histórico em que foram veiculadas.

Segundo Thomé, Moraes e Oliveira (2021) a televisão não só noticia o passado para contextualização do presente e rememoração de um fato, mas também decide aquilo que deve ser lembrado, nas cerimônias midiáticas de rememoração (Barbosa, 2004; Musse, Thomé, 2015). Assim, a cada aniversário do golpe militar, há uma cobertura midiática em que a

cerimônia é refeita, em outros moldes, de acordo com cada contexto, apontando o que devemos lembrar e o que deve ser esquecido, e ainda como devemos entender aquele momento histórico.

Presentificando o passado, a retórica jornalística da comemoração estabelece em relação ao acontecimento, difundido como informação e como espetáculo, a materialização de uma dada memória através da montagem de uma verdadeira indústria da comemoração. Para isso mistura-se o presente e o passado, razão pela qual tornam-se os meios de comunicação verdadeiros guardiões das comemorações contemporâneas e construtores de uma dada materialização da memória (Barbosa, 2004, p.11).

A seleção desses materiais memorialísticos abre espaço para discussões sobre o papel do jornalismo audiovisual. A reportagem de 2004 é um material preservado há duas décadas no Centro de Documentação da TV Integração, tendo como repórter a jornalista Lívia Calmon⁴. A jornalista, em entrevista para este trabalho, relatou que, mesmo passados vinte anos, não esqueceu a elaboração desse material, pedido pelo Núcleo de Rede da Globo para a redação local. Parte da reportagem produzida foi gravada em Juiz de Fora, com os desdobramentos da saída das tropas a mando do general Olímpio Mourão Filho para tomar o poder no Rio de Janeiro, resgatando a história de personagens que atuaram no regime repressor e também com quem teve seus direitos violados. Segundo o depoimento de Lívia Calmon, parte da construção do conteúdo elaborado na cidade foi acrescentado a material apurado e editado pelo jornalista Júlio Mosquéra, que atuava na redação de Brasília e daria continuidade à reportagem.

A reportagem produzida em 2004 a partir da pauta dos 40 anos da saída das tropas de Juiz de Fora teve como fonte o general Marco Felício, então tenente na época do golpe, relatando as estratégias do golpe e do apoio dado ao regime. Em contrapartida, a repórter conversou também com Clodesmidt Riani, ex-deputado estadual (PTB) e ex-líder sindical, que sofreu diversos tipos de tortura, além de ser preso. Assim, o telejornal apresentou depoimentos de fontes com pontos de vista opostos, em uma decisão editorial daquele momento.

Os 40, 50 e 60 anos do golpe nas telas do jornalismo audiovisual de Juiz de Fora

Os telejornais brasileiros, por meio do conceito de *agenda-setting*, constroem narrativas sobre eventos específicos baseados no que se imagina como sendo do interesse do público. Nos

⁴ CALMON, Lívia. Entrevista concedida a Luciana Soares Morais (02/05/2024). Juiz de Fora.

60 anos do golpe militar no Brasil, além do regime autoritário que resultou em 434 mortes e desaparecimentos, conforme relatado pela Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014), persistem marcas de sofrimento, traumas, agravamento da desigualdade social, miséria, pobreza e intensificação da polarização política, gerando debates que se tornam tópicos de reportagens. Esses registros vão além de meras efemérides, refletindo disputas em torno das diferentes interpretações do evento histórico.

Nessa perspectiva, o presente estudo visa a examinar as representações do jornalismo audiovisual ao longo das últimas três décadas sobre o golpe de 1964, investigando como aquele episódio foi retratado em imagens, personagens e locais onde a repressão dos Anos de Chumbo se fez presente. A análise se concentra em três reportagens veiculadas pela TV Integração, afiliada da Rede Globo em Juiz de Fora, durante os aniversários de 40, 50 e 60 anos do golpe. Utilizando o método das sete dimensões – Território, Mercado, Mídia, Produto Jornalístico, Circulação, Audiência e Sociedade – para avaliar a credibilidade e qualidade de matérias em áudio e vídeo (Becker; Waltz, 2023), observa-se que o material referente ao ano de 2004 não está disponível no acervo aberto da emissora, tendo sido obtido por meio do Centro de Documentação e Pesquisa (Cedoc) da TV Integração para esta análise. As reportagens de 2014 e 2024 estão acessíveis na plataforma GloboPlay.

As reportagens foram apresentadas no telejornal noturno *MG2*. Na ocasião, a reportagem de 2004 foi transmitida dentro do programa *MGTV 2ª Edição*, quando a emissora ainda estava sob a propriedade de outro grupo empresarial, operando com a marca TV Panorama.

A primeira dimensão refere-se ao Território, abrangendo o espaço geográfico, as peculiaridades socioculturais e políticas, bem como o contexto do processo de produção audiovisual. A segunda dimensão, Mercado, busca compreender o sistema midiático operacionalizado naquele território.

Mídia é a terceira dimensão de análise, direcionada ao grupo responsável pela produção em texto e vídeo, seu desenvolvimento de rotinas, atuação e credibilidade. O Produto Jornalístico é a quarta dimensão, objetivando apontar a produção textual, as fontes utilizadas, o uso de imagens e áudios, além do contexto, permitindo uma análise crítica do material a partir da hierarquização e enquadramentos referentes ao conteúdo.

A Circulação, quinta dimensão, aborda o modo como a informação se espalha pelas distintas telas. Audiência é o sexto tópico de análise, todo voltado para o espectador e usuário, buscando demonstrar como esses personagens expressam seu entendimento em relação à notícia nos canais oficiais da empresa e redes sociais, estabelecendo vínculos.

Sociedade, a sétima e última dimensão, foca na análise da temática do produto, seus efeitos de forma geral, o posicionamento de instituições, grupos e movimentos sociais, visando a compreender a relevância e o impacto da produção como um todo.

De acordo com Becker e Waltz (2023), esse método proporciona uma compreensão do audiovisual, permitindo diagnosticar elementos políticos, econômicos, históricos e culturais presentes nas narrativas jornalísticas. Nesse contexto, considerando que o local de origem das tropas que marcharam em 31 de março de 1964 em direção ao Rio de Janeiro é Juiz de Fora, e que tais tropas foram lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho, há uma rica narrativa imagética associada a esse período, conferindo à cidade notoriedade nacional e resgatando memórias das vítimas de tortura, algumas como a ex-presidenta Dilma Rousseff⁵, o que contribui para que esses eventos sejam abordados como temas jornalísticos.

Dessa forma, os telejornais assumem uma função histórica e memorialística, pois os personagens não são apenas elementos de texto, mas representam a história do passado, construída a partir de testemunhos dolorosos da repressão do regime.

A primeira dimensão, identificada como Território, nas reportagens que recordam os 40, 50 e 60 anos do golpe militar, tem como cenário a cidade de Juiz de Fora, onde ocorreu o ponto de partida para o golpe de 1964. Em uma abordagem microterritorial, a reportagem de 2004, conduzida pela então repórter Livia Calmon, destaca diversos espaços urbanos em Juiz de Fora, tanto públicos quanto privados, como a residência do general Mourão; os arredores da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha; a ponte sobre o Rio Paraibuna, na divisa entre os municípios de Comendador Levy Gasparian (RJ) e Simão Pereira (MG), local do encontro das tropas golpistas com militares leais ao então presidente João Goulart⁶; e o Centro de Memória e Documentação Clodesmidt Riani (Figura 1).

⁵ Dilma Rousseff foi interrogada em Juiz de Fora e chegou a ficar presa na penitenciária da cidade, no início da década de 1970 (Éboli, 2014).

⁶ Informados de que as tropas do governo de João Goulart se dirigiam a Minas Gerais para evitar a concretização do golpe, os soldados do general Mourão se posicionaram estrategicamente à esquerda da ponte, aguardando a

Figura 1 – A repórter Livia Calmon e Clodesmidt Riani no Centro de Documentação e Memória Clodesmidt Riani



Fonte: Acervo TV Integração.

A reportagem que recordou os 50 anos do golpe veiculou as histórias de personagens que compartilharam suas memórias dos tempos da Ditadura Militar em Juiz de Fora. O conteúdo foi baseado nos relatos das fontes ao jornalista Felipe Menicucci e ao repórter cinematográfico Luiz Felipe Saleh, atualmente na Globo São Paulo. Nesse contexto, os enfoques narrativos concentraram-se em destacar as expressões e gestos das fontes, sem enfatizar os ambientes ligados ao golpe.

Torna-se relevante pontuar que, em agosto de 2012, a Câmara Municipal de Juiz de Fora aprovou a Lei Municipal nº 12.643, criando a Comissão Municipal da Verdade (CMV-JF). Começava um importante movimento para “esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de

chegada das tropas legalistas. “A ponte estava armada com bombas e dinamites para explodir, havia tanques de guerra e tudo mais”, relata o comerciante Paulo Marcos, de 55 anos. Segundo o morador Neneco, a ponte do distrito foi o “palco” onde os militares de ambos os lados assinaram o tratado de paz: “Em cima de um jipe, tiveram uma conversa, deram as mãos e depois seguiram juntos para o Rio de Janeiro” (Santos, 2014).

graves violações de direitos humanos ocorridos no município” (Musse; Thomé, 2021, p. 419). Em 2 de abril de 2014, a lei foi regulamentada pelo Decreto no. 11.922 do Executivo Municipal, e os sete membros da CMV-JF foram nomeados.

Naquele momento, em que o golpe completava 50 anos, a Comissão Municipal da Verdade contou com a parceria da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), firmada em junho de 2014, e materializada no projeto de extensão “Memórias possíveis: os depoimentos da Comissão Municipal da Verdade”, coordenado pelas professoras Christina Musse e Cláudia Thomé. O projeto contou com uma equipe de dez docentes e 30 discentes (sendo 20 bolsistas e dez voluntários), em diferentes frentes de trabalho. A gravação de depoimentos no estúdio da Faculdade de Comunicação da UFJF trouxe à superfície narrativas que estavam silenciadas e que passaram a circular em relatórios e também na imprensa.

Um dos trabalhos mais importantes realizados por este pioneiro projeto de extensão foi a gravação dos depoimentos de vítimas, testemunhas e advogados de presos políticos, além das entrevistas com jornalistas, que trabalharam com a cobertura de fatos ligados à ditadura civil-militar em Juiz de Fora. Foram 37 depoimentos, nove deles de jornalistas, coletados pela CMV-JF. Três depoimentos foram prestados em audiência pública. Estes relatos foram depois reunidos aos 13 depoimentos de 15 pessoas coletados pelo Comitê pela Memória, Verdade e Justiça de Juiz de Fora, e mais dois depoimentos com três testemunhos, que tinham sido dados ao projeto “Marcas da Memória” (Musse; Thomé, 2021, p. 420).

Esse trabalho de apuração, pesquisa e gravação de depoimentos gerou debate público sobre fatos históricos ainda não contados, com relatos importantes que geraram novas pesquisas e compuseram o relatório da CMV-JF. Assim, a cerimônia midiática de rememoração dos 50 anos do golpe se deu nesse contexto, em que novos relatos vieram à tona na cidade que protagonizou aquele momento histórico de tanta repressão. O trabalho da CMV-JF, junto com a UFJF, passou a abastecer a imprensa com novas informações também nos anos seguintes.

Assim, nos 60 anos do golpe, que culminou no ano de 2024, a matéria dos repórteres Gabriel Landim, Rodrigo Neves e Sidney Euclides trouxe vários locais que abrigaram presos políticos e foram palco de atos de tortura, segundo Relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Foram exibidas a auditoria da Justiça Militar, que hoje abriga um depósito de suprimentos do Exército; o prédio do Conservatório Estadual de Música Haidée França Americano, que no passado era a delegacia da Polícia Civil; além de outras construções que



serviram ao sistema repressivo, como a Penitenciária José Edson Cavaliere, o 2º batalhão da Polícia Militar e o 10º Batalhão de Infantaria. Agregadas a esses espaços, histórias narradas pelo jornalista Wilson Cid, que cobriu o golpe na cidade, e pelo professor e ex-reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, Renê Matos, preso na época do golpe militar.

A segunda dimensão proposta para a análise das notícias em áudio e vídeo refere-se ao domínio do Mercado. Todos os materiais foram veiculados por emissoras de TV que fazem parte do Grupo Globo, o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina. Em 2004, a emissora que transmitia o sinal em Juiz de Fora era a TV Panorama, e a partir de 2014, a concessão do sinal passou a pertencer à TV Integração. Esta última cobre mais de 100 municípios da Zona da Mata mineira e Campo das Vertentes por meio do canal de TV aberta número 5. Além dela, existem mais dois canais de televisão aberta na cidade: a TV Alterosa, canal 10, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), e a primeira televisão pública de Juiz de Fora, a JFTV Câmara, pelo canal 35.1.

A partir da terceira categorização, denominada Mídia, ressalta-se aqui que a TV Integração, exibidora de conteúdo, faz parte das 130 emissoras afiliadas da Rede Globo, presente em 5.490 municípios brasileiros. O Grupo Integração atua em mais de 230 municípios em uma área de cobertura que abrange o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Zona da Mata mineira e Campo das Vertentes com mais de seiscentos mil domicílios que possuem televisores (Área de Cobertura, 2015). A cidade de Juiz de Fora é a exibidora que possui maior número de domicílios com TV (DTV) e telespectadores potenciais (TP). Além disso, o grupo possui produção jornalística na internet, pelo portal de notícias G1, presente no Triângulo, Centro-Oeste e Zona da Mata (Sobre Nós, s.d.).

A quarta dimensão refere-se ao Produto Jornalístico. Nesse sentido, é necessário dar maior atenção para esta extensão, devido à capacidade de extração de informações e possibilidade de leitura dos acontecimentos. Os textos das três reportagens, de 2004, 2014 e 2024, configuram-se como jornalísticas, com uso de imagens e áudios de arquivo, escolha de cores frias em determinadas imagens do presente para remeter ao passado, testemunhos de personagens que viveram no período da Ditadura Militar e lembraram os momentos de cárcere, supressão dos direitos humanos e tortura. A reportagem de 2004, produzida pela jornalista Lívia Calmon, tem, na abertura, entrevista com o general Marco Felício, na época



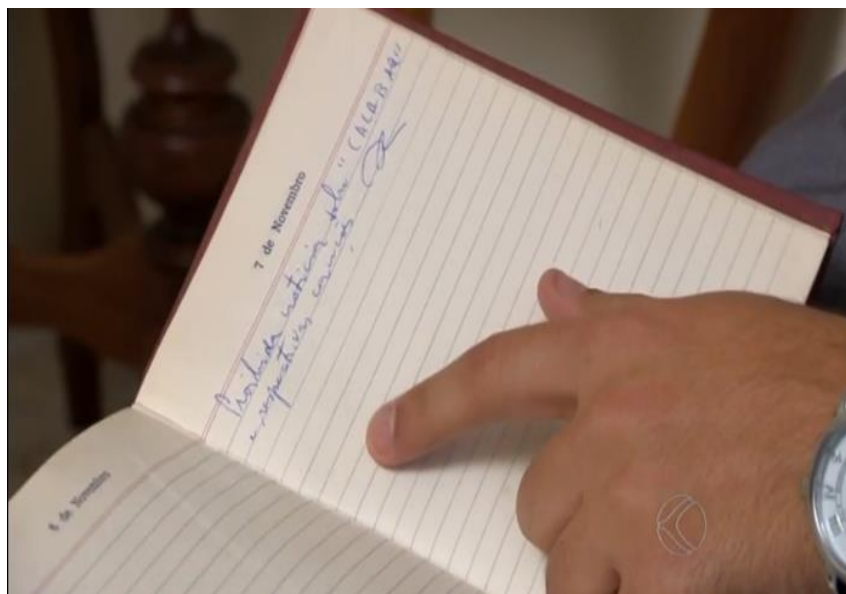
tenente e integrante das tropas do general Olímpio Mourão Filho, relatando os trâmites e planejamento militar no ano de 1964. Na reportagem, ele conta que alguns oficiais se opuseram ao sistema e aqueles que não se manifestaram a favor foram sumariamente afastados.

O conteúdo está arquivado na emissora, mas ainda não está disponível no GloboPlay, apesar de ter sido digitalizado. Em um ponto da reportagem, o ex-tenente declara que “todos aqueles que defendiam uma ditadura marxista e pegaram em armas deveriam ser combatidos da mesma forma. Não se enfrenta armas com flores” (Felicio, 2004). Dada a polarização política contemporânea e o histórico de conflitos políticos, é provável que a entrevista não fosse aprovada pela linha editorial atual da emissora, em respeito às vítimas daquele período.

A matéria também apresenta a perspectiva do ex-líder sindical e ex-deputado de Minas Gerais, Clodesmidt Riani, que faleceu quatro dias após o aniversário de 60 anos do golpe militar. Em sua entrevista, ele relata as torturas sofridas por ser apoiador de João Goulart (Jango), sendo perseguido, preso e torturado. Clodesmidt (2004) enfatiza: “É uma situação difícil para todos nós que participamos naquela época. A situação do Brasil hoje poderia estar muito melhor”. Durante a edição do material, foram utilizadas imagens de arquivo.

Observa-se ainda que nessa reportagem há pontos de vistas de apoiadores ao regime, que nos anos seguintes não estiveram presentes na narrativa. Ou seja, em 2014 e em 2024 houve um processo de resignificação dessas narrativas e também quebras de silenciamento, no contexto do trabalho da CMV-JF. Assim, as reportagens dessa última década destacam personagens que tiveram seus direitos cerceados na ditadura e em posse de sua memória relataram os tormentos de um período que deixou vários tipos de marcas no passado, presente e futuro da sociedade. Um dos personagens foi o jornalista Ismair Zaghetto. Na reportagem de 2014, quando o golpe militar completava 50 anos, Zaghetto compartilhou suas memórias sobre o golpe e contou situações vividas nas redações de jornalismo ao repórter Felipe Menicucci: contou que as indicações de censura eram feitas pelo telefone e que os profissionais anotavam em suas agendas as proibições do dia. Além disso, no mesmo dia, essas proibições eram reformuladas. No dia sete de novembro, anotado em seu livro, não estava permitido noticiar sobre “Calabar” e respectivas canções (Figura 2).

Figura 2 – Agenda de anotações de Ismair Zaghetto com as ordens de censura do regime militar.



Fonte: (Personagens..., 2014).

Outra memória relatada na reportagem foi de Maria Liège Santos Rocha, que na época da gravação estava na Diretora Executiva da União Brasileira de Mulheres. A entrevista foi realizada nos bastidores do estúdio da TV Integração, com enquadramentos fechados, limitada a imagens subjetivas com foco em movimentos gestuais e olhares que expressavam tristeza em relação àquele tempo. A personagem relatou os requintes de crueldade nas torturas que as mulheres sofriam, visto que além dos choques, pau de arara, pressão psicológica com a utilização dos filhos, elas também eram abusadas sexualmente. A reportagem utiliza imagens de arquivo que também estiveram presentes na matéria de 2004. Ao final da reportagem, Rocha (2014) diz: “A gente não pode apagar essa história. Essa é uma memória da história do Brasil. Isso é uma memória que os jovens têm que saber que hoje eles estão aí, porque teve gente que lutou, deu a vida, resistiu”.

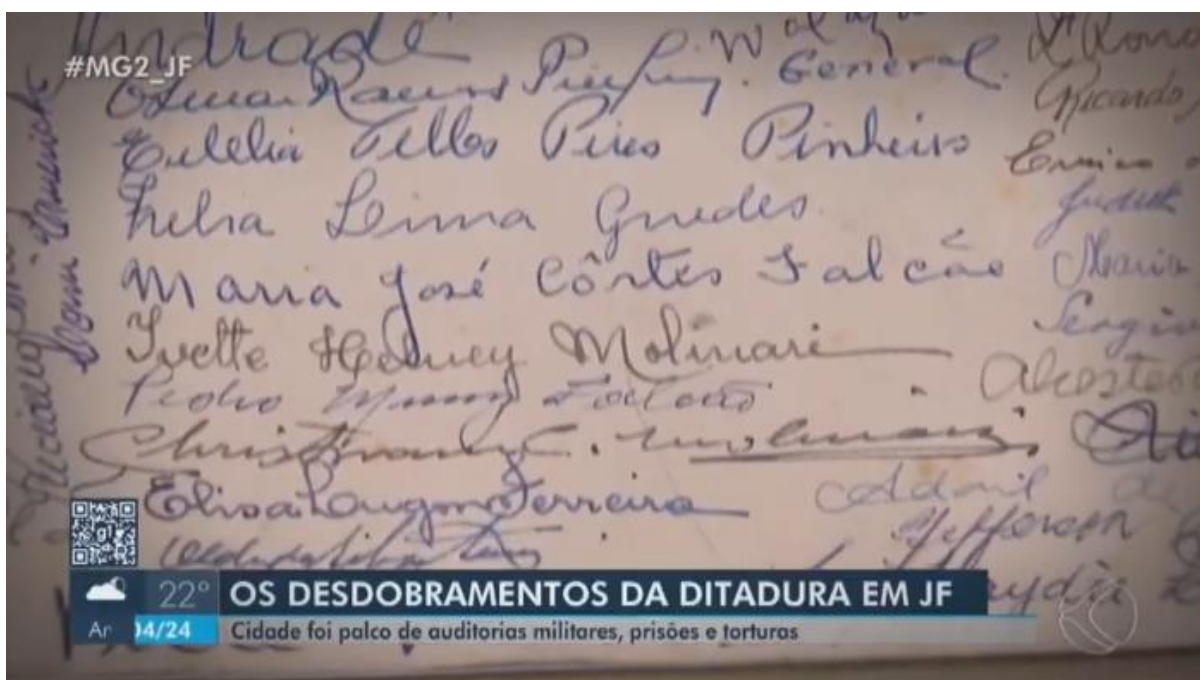
A matéria que lembra os 60 anos do regime tem similaridades com a anterior, porém, além de trazer depoimentos de personagens que testemunharam e foram exilados, conta ainda com a entrevista de um historiador, credibilizando os atos que culminaram e levaram as tropas do general Mourão às ruas. Em relação às imagens de arquivo das tropas militares, não foram expressivamente utilizadas como na matéria dos 50 anos do golpe. Nesse sentido, foram feitas

imagens produzidas dos locais de tortura na cidade com uso de drone, explorando o entorno desses espaços.

Wilson Cid, jornalista que fazia cobertura na época, relatou que na véspera do golpe os postos de gasolina foram impedidos de comercializar combustível, porque serviriam às tropas. Uma prova de como seriam os anos seguintes. Renê Matos também testemunhou os momentos que esteve preso por fazer resistência ao regime. Ao repórter Gabriel Landim, Matos (2024) cita uma frase de uma colega: “Ditadura não merece termo qualificativo. Ditadura basta o nome”.

A reportagem mostrou também em imagens que as formas de crueldade não ficaram apenas nas memórias de quem viveu, mas também foram expressas e grafadas, permanecendo até hoje, como mostra a figura a seguir do verso de uma fotografia do general Mourão Filho, assinada por várias famílias da cidade de Juiz de Fora que apoiaram o regime (Figura 3).

Figura 3 – Imagem veiculada na reportagem de 2024



Fonte: (Juiz de Fora..., 2024).

Seguindo a análise, em relação à dimensão da Circulação, as matérias foram exibidas na segunda edição do MG2. As reportagens de 2014 e 2024 estão disponíveis na plataforma

Globoplay. O material do ano de 2004 encontra-se arquivado e digitalizado no Cedoc da TV Integração. O canal das redes sociais da TV Integração e o portal de notícias G1 Zona da Mata não fizeram publicações sobre a reportagem dos 60 anos do golpe produzida pela TV, como forma de ampliação de conteúdo, embora o *site* tenha produzido conteúdo exclusivo. Já em 2004 e em 2014, os conteúdos da TV não eram divulgados com tanta frequência no portal e nas redes sociais.

Em relação à sexta dimensão, Audiência, encontramos dificuldades na coleta de mensagens por parte dos espectadores/usuários repercutindo o tema, visto que as redes sociais da empresa, especificamente o Instagram, direciona seus *posts* a conteúdos de entretenimento. No dia que a reportagem relembrou os 60 anos do golpe, não teve na edição do jornal da noite a participação do telespectador por meio do WhatsApp e, como a matéria encerrou o telejornal, não foi exibido nenhum comentário. A equipe de jornalistas, no entanto, recebeu mensagens no aplicativo interno durante a exibição da reportagem. Uma espectadora comentou: “Muito triste ver o relato dos familiares que viveram na ditadura militar, nos traz uma sensação de muito sofrimento para as vítimas e familiares” (Juiz de Fora..., 2024).

A sétima e última dimensão, Sociedade, atenta para a importância de trazer a temática sob diferentes pontos de vista. Nesse sentido, identificamos na matéria de 2004 a construção de uma memória apaziguada, e nas de 2014 e 2024 uma narrativa de resistência, a partir de testemunhos que certificam as dores e sofrimentos desse período e que deixam marcas.

Considerações finais

O jornalismo audiovisual, ao criar novas narrativas, não ignora as memórias sedimentadas no passado, como demonstrado nas três reportagens que revisitaram os 40, 50 e 60 anos do golpe militar. Juiz de Fora é uma cidade marcada por esse período, cujas cicatrizes ainda reverberam na vida daqueles que enfrentaram o regime. A partir da análise das sete dimensões propostas por Becker e Waltz (2023) para avaliar a credibilidade e qualidade de produções audiovisuais, observamos que o telejornalismo utiliza material de arquivo para construir histórias atuais, ao mesmo tempo em que busca aprimorar a certificação e a credibilidade das narrativas. Isso ficou evidente na reportagem que abordou os 60 anos do golpe, que contou com a participação de um especialista, um historiador, e acrescentou

contextos importantes sobre o período, em uma produção de conhecimento necessária que fortalece a democracia. E também nos testemunhos de quem foi vítima do regime.

Este artigo apresentou, portanto, uma análise das coberturas jornalísticas sobre o golpe civil-militar de 1964 nos telejornais de Juiz de Fora em 2004, 2014 e 2024, evidenciando como a construção da memória coletiva desse evento histórico pelas telas do telejornal local se desenvolveu ao longo do tempo, pontuando semelhanças e diferenças nas narrativas apresentadas em resposta ao contexto histórico e às ressignificações epocais.

Ao examinarmos as nuances das reportagens, buscamos compreender como a percepção do golpe evoluiu ao longo das décadas, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais da sociedade juiz-forana, sobretudo após os trabalhos de ressignificação história da Comissão Nacional da Verdade, que reuniu depoimentos de personagens, sobretudo vítimas, do período da ditadura.

A relevância desse estudo reside no fato de que Juiz de Fora foi o local de onde partiram os canhões que efetivaram a tomada de poder pelos golpistas na virada dos dias 31 de março e 1º de abril há 60 anos. Ao utilizar a metodologia das sete dimensões para avaliar a credibilidade e qualidade de matérias e reportagens em áudio e vídeo (Becker; Waltz, 2023), evidenciaram-se mudanças significativas no enquadramento noticioso em direção a um telejornalismo de maior qualidade, em um contexto de contar e oferecer novo significado às narrativas sobre fatos históricos silenciados durante décadas.

Rememorizar e ressignificar narrativas sobre a ditadura civil-militar é de suma importância para compreendermos não apenas a história desse período sombrio da história brasileira, mas também como essa memória coletiva é moldada e reinterpretada ao longo do tempo. É fundamental destacar que a ditadura civil-militar no Brasil, que durou de 1964 a 1985, deixou marcas profundas na sociedade brasileira, incluindo violações dos direitos humanos, censura à imprensa, perseguições políticas e tortura. Durante muitos anos após o fim do regime, a memória desse período foi silenciada ou distorcida, especialmente pela narrativa oficial do Estado brasileiro.

No entanto, nas últimas décadas, como mostrado acima, houve um movimento crescente de rememoração e ressignificação dessas narrativas. Isso se deve a uma série de fatores,

incluindo o amadurecimento da democracia brasileira, a abertura de arquivos históricos, a atuação de grupos de direitos humanos e a luta por justiça e reparação às vítimas da ditadura.

Essa rememoração e ressignificação ocorrem em diversos âmbitos da sociedade, incluindo o acadêmico, o político, o artístico e o midiático. No campo acadêmico, por exemplo, há uma produção cada vez maior de pesquisas e estudos sobre o período da ditadura, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos eventos e de suas consequências. No âmbito político, vemos iniciativas de memória e verdade, como a Comissão Nacional da Verdade, que buscam investigar e esclarecer os crimes cometidos durante a ditadura, além de promover a reparação às vítimas e suas famílias.

Na esfera artística e cultural, há uma proliferação de obras que abordam o tema da ditadura, incluindo filmes, peças de teatro, exposições e obras literárias, que ajudam a manter viva a memória desse período e a estimular reflexões sobre suas repercussões na sociedade contemporânea. No campo midiático, observamos uma maior cobertura jornalística sobre o tema, com reportagens especiais, documentários e programas de televisão que revisitam os acontecimentos da ditadura e dão voz às vítimas e testemunhas desse período. Essa cobertura midiática desempenha um papel crucial na disseminação da memória coletiva e na promoção do debate público sobre a ditadura e suas consequências.

Em suma, o contexto de rememoração e ressignificação das narrativas sobre a ditadura civil-militar no Brasil é essencial para a construção de uma memória coletiva mais completa e justa desse período histórico, bem como para a consolidação da democracia e dos direitos humanos no país.

Referências

ASSMANN, Jan. **Memória cultural e primeiras civilizações**: escrita, memória e ideologia política. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ÁREA de Cobertura. **TV Integração**, 30 jan. 2015. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/mg/tvintegracao/noticia/2011/11/area-de-cobertura.html>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27., IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 4., 2004, Porto Alegre. **Anais** [...], São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em:

<https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5281189434155472217413491799349447635.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação, história e memória: diálogos possíveis: **Matrizes**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 13-25, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/157646>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BARBOSA, Marialva Carlos; RÊGO, Ana Regina. Imprensa e censura no contexto da ditadura: entre a memória e o esquecimento. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 12, n. 1, p. 72-89, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/13767/0>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BECKER, Beatriz; WALTZ, Igor. Sete dimensões para leitura crítica e criativa das notícias em áudio e vídeo: repensando a qualidade do jornalismo audiovisual no ensino. **Comunicação & Inovação**, v. 24, p. 01-18, jan./dez. 2023. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/9328/4051. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final: volume 3. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em: 27 dez. 2024.

DA SILVA, Laerte José Cerqueira; PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. Os saberes da pedagogia no telejornalismo: Paulo Freire e a prática jornalística. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. e31212, 2019. DOI: 10.15448/1980-3729.2019.1.31212. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/31212>. Acesso em: 1 maio. 2024.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ÉBOLI, Evandro. Justiça Militar de Juiz de Fora devolve documentos de Dilma retidos na ditadura. **O Globo**, 17 nov. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/justica-militar-de-juiz-de-fora-devolve-documentos-de-dilma-retidos-na-ditadura-14580321>. Acesso em: 8 maio 2024.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora EDUSP, 2009.

FELÍCIO, Marco. 40 Anos do golpe militar. [Entrevista cedida a] Livia Calmon. Juiz de Fora: TV Panorama, 1º abr. 2004. Programa de TV. Cedoc da TV Integração.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.



JUIZ DE FORA guarda construções e acervos ligados à ida das tropas militares para o RJ. Juiz de Fora: TV Integração/Globoplay, 2024. Programa de TV. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/12483681/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MACHADO, Maria Berenice Costa. Híbridas discursivas: estratégias políticas e mercadológicas dos veículos de comunicação de massa. **Comunicação & Informação** (UFG), v. 10, n. 1, p. 52-62, 2007 [2009]. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/10306>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MATOS, Renê. Juiz de Fora guarda construções e acervos ligados à ida das tropas militares para o RJ. [Entrevista cedida a] Gabriel Landim. Juiz de Fora: Integração/Globoplay, 2024. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12483681/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MUSSE, Christina Ferraz; THOMÉ, Cláudia de Albuquerque. Repórteres de telejornal: o perfil ditado pela Rede Globo em 50 anos de televisão. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 13, Campo Grande/MS, 2015. Disponível em: https://pesquisafacomufjf.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/06/sbpjor2015final_ssimo.pdf. Acesso em: 27 dez. 2024.

MUSSE, Christina Ferraz; THOMÉ, Cláudia de Albuquerque. Memórias do golpe: as ações de comunicação e a visibilidade pública dos trabalhos da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora/MG. *In*: EMERIM, Cárilda; KLÖCKNER, Luciano; ZUCULOTO, Valci; PAULINO, Rita; RADDATZ, Vera (org.). **Comunicação e a historicidade das mídias no sul do Brasil**. Florianópolis: Insular, 2021. v. 1, p. 419-435.

PERSONAGENS contam memórias da época da Ditadura Militar em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Integração/Globoplay, 2014. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3251642/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

RIANI, Clodesmidt. 40 Anos do Golpe Militar. [Entrevista cedida a] Livia Calmon. Juiz de Fora: TV Panorama, 1º de abril de 2004. Programa de TV. Cedoc da TV Integração.

ROCHA, Maria Liège dos Santos. **Personagens contam memórias da época da Ditadura Militar em Juiz de Fora**. [Entrevista cedida a] Felipe Menicucci. Juiz de Fora: Integração/Globoplay, 2014. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3251642/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SANTOS, Sabrina Carter F. Memórias do golpe: moradores do distrito de Paraibuna relembram chegada das tropas. **Comunicação, Cidade e Memória**. 20 nov. 2014. Disponível em: <https://pesquisafacomufjf.wordpress.com/2014/11/20/memorias-do-golpe-moradores-do-distrito-de-paraibuna-relembram-chegada-das-tropas/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Margens**, online, v. 1, n. 1, p. 11-16, jan. 2004. DOI:





<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v1i1.2831>. Disponível em:
<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12617>. Acesso em: 27 dez. 2024.

SOBRE NÓS. Negócios Integração. [s. d]. Disponível em:
<https://negociosintegracao.com.br/sobre-nos>. Acesso em: 15 abr. 2024.

THOMÉ, Cláudia de Albuquerque; MORAIS, Luciana; OLIVEIRA, Ana Carolina Campos. Desafios e estratégias no combate à desinformação na Pandemia: análise da cobertura telejornalística do caso Epcar em Barbacena. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 15, n. 3, p. 194, set./dez. 2021. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/50958/30071>. Acesso em: 27 dez. 2024.

Submetido em: 05.05.2024

Aprovado em: 25.07.2024

